

CONFLITO INDÍGENA

Funai responsabiliza Paranapanema

"A empresa mineradora Paranapanema é a responsável pelos iminentes conflitos entre índios e garimpeiros na região de Pari-Cachoeira". Essa afirmação foi feita pelo delegado regional da Funai, Sebastião Amâncio, sobre a denúncia feita pelos índios Tukanos de que um confronto armado estaria prestes a ocorrer na região localizada no alto rio Negro e informou, ainda, que está sendo formada uma equipe com funcionários da Funai e de vários órgãos federais, que está na dependência da chegada de um avião, para se dirigir ao local e verificar a extensão dos fatos.

Sebastião Amâncio revelou que através de posicionamento formal, a ajudância da Funai, em São Gabriel da Cachoeira, transmitiu a informação de que os garimpeiros estão tentando entrar na rota de acesso à Serra da Traíra e que foram barrados pelos índios, visto que esta rota passa por seu território.

Segundo ele, a Funai está articulando há cerca de 10 dias o deslocamento para a área de servidores da Funai e de órgãos de segurança a fim de detectar o que está acontecendo realmente. Não mais revelar, entretanto, que órgãos estariam envolvidos nessa missão, mas, afirmou que ela ainda não partiu porque está a espera do avião que transportará, inclusive, o próprio delegado à Pari-Cachoeira.

MINERADORAS

Amâncio explicou que o poder econômico mineralógico é o real responsável pelos conflitos dentre garimpeiros e índios, em toda a região do alto Rio Negro, e que as mineradoras entraram na área indefinidas (que está fora das reservas indígenas mas podem entrar quando da demarcação), algumas com autorização do DNPM e outras sem autorização.

A responsabilidade está no fato, segundo o delegado, de as mineradoras utilizarem garimpeiros avulsos como testes de ferro, induzindo-os a entrar nas áreas onde se constatou a presença do ouro. No caso de Pari-Cachoeira, Sebastião Amâncio acha que a empresa mineradora Paranapanema gerou o presente conflito ao evacuar os garimpeiros do rio Traíra, forçando-os a se concentrarem em São Gabriel da Cachoeira, local agora de onde os garimpeiros estão saindo com destino a Pari-Cachoeira.

DNPM

Já Fernando Burgos, do DNPM, informou que na região da Serra da Traíra foram concedidos 15 alvarás de pesquisas para empresas mineradoras e revelou que quando soube do conflito através da imprensa, entrou em contato com a empresa que atua na área e obteve a informação de que o atrito não está ocorrendo onde as empresas estão instaladas, e, sim, onde os próprios índios praticam o garimpo.



Antônio Menezes

O delegado da Funai, Sebastião Amâncio, responsabilizou a empresa Paranapanema pelo conflito em Pari-Cachoeira

Ele lembrou que os próprios índios solicitaram da Funai permissão para a entrada de cinco garimpeiros para que pudessem aprender a técnica da garimpagem e que a permissão foi concedida. "Com a notícia da presença de ouro na área, os garimpeiros passaram a se dirigir para lá, e o fato assumiu proporções que fugiram ao controle dos índios", disse Burgos.

Sebastião Amâncio, entretanto, confirmou que índios de várias etnias, onde há a incidência mineral, realmente solicitam a negociação com garimpeiros. Mas, no caso em questão, ele relembra que o delegado da Funai, do governo passado, autorizou a entrada de garimpeiros. "Ocorre que as solicitações foram feitas por falsos líderes indígenas e as verdadeiras lideranças não permitiram a entrada desses garimpeiros, pois, essas áreas de destques econômicos está cheias de pessoas que se identificam como chefes e não são merecedores de credibilidade", explanou o delegado.

Ainda sem data marcada para sair, essa missão da Funai, de acordo com o delegado, se constatar a situação de confronto vai-se utilizar dos dispositivos constantes da Lei 6001, entre eles a alternativa de recorrer às Forças Armadas para interromper o processo.

Adiantou o delegado que, além dessa missão, está programada outra, formada por uma equipe técnica que vai à área de Pari-Cachoeira redefinir os pontos considerados indefinidos por índios e não-índios. Essa, também, não tem data marcada.

CIMI

Egon Dionízio, do secretariado nacional do Conselho Indigenista Missionário CIMI disse que ainda não tem como confirmar a dimensão da denúncia do conflito, mas,

argumenta, que os órgãos federais têm que assumir a responsabilidade pelo que está ocorrendo e que se tome uma decisão duradoura: "Que, finalmente, se demarquem as terras indígenas e que todos os invasores sejam retirados".

"Atrás do conflito entre garimpeiros e índios existe o Estado apoiando a entrada das mineradoras", disse Egon, exemplificando que a Gold Amazon levou os garimpeiros para a área, já que "não pode explorar, utiliza os garimpeiros". Lembrou que o delegado da Funai do governo passado, Kazuto, favoreceu a fixação das empresas na área.

Acrescentou, ainda, que os Tukanos já foram várias vezes à Funai, em Brasília, solicitar a ação das terras para impedir o fluxo de garimpeiros e prevenir choques violentos, "mas, os órgãos responsáveis acabaram omissos". Lembrou, ainda, Egon Dionízio, que, em julho do ano passado, uma equipe interministerial esteve visitando a região e concluiu que deveriam ser tomadas duas medidas urgentes: a retirada imediata dos garimpeiros e a demarcação das terras. "Isso não ocorreu, e os índios foram obrigados a defender sua área".

PÓLÍCIA

O superintendente da Polícia Federal de Manaus, Luiz Santos, disse que até o momento sua equipe não foi acionada para uma possível visita à área do conflito, mas, acredita, que agentes da Polícia Federal devem sair juntamente com os servidores do Ministério da Justiça, de Brasília, e seguirem direto para São Gabriel da Cachoeira. Segundo seus últimos contatos com a Delegacia da Funai daquele município, o clima na área é de tensão, mas que não ocorreram mais mortes, ainda.

Nota de solidariedade do CIMI aos índios

Em nota à imprensa, distribuída à tarde, o CIMI reitera sua solidariedade à questão indígena e reafirma, entre outros propósitos que:

"Aos garimpeiros oferecemos o nosso apoio e solidariedade na luta pela reformulação da política mineral que agora atende e beneficia os interesses de grandes grupos e pelo direito à saúde, educação, e vida digna. Mas queremos convidar a estes mesmos garimpeiros a respeitarem o direito indígena de usufruto exclusivo das riquezas do solo e sub-solo de seus territórios.

O CIMI — Regional Norte I, reunido nestes dias em assembleia, junto com os povos indígenas que seguidas vezes tem se posicionado contra esta exploração, assume o compromisso de continuar empenhando todos os esforços a seu alcance para que estes povos sejam respeitados e impedida a exploração de suas riquezas por terceiros.

Temos esperança que a próxima Assembleia Nacional Constituinte explicita melhor este direito sagrado dos povos indígenas, amplie as garantias de sua sobrevivência física e cultural.